



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL 1.948, de 2011 (apenso: PL 2.617/2011)**

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

- ☒ SIM → ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☐ Estados ☐ Municípios **(1)**
→ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☐ NÃO

1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

- ☒ SIM → ☒ Aumento de despesa. Quais? Substitutivos aprovados
→ ☐ Implica diminuição de receita. Quais?
→ ☒ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?
☐ NÃO

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há possibilidade emenda de adequação que corrija a inadequação?

- ☐ SIM ☒ NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

- ☐ SIM ☒ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

- ☐ SIM ☒ NÃO

2.4. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

- ☐ SIM ☒ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas¹?

- ☐ SIM ☒ NÃO **(2) (3)**

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:

4. Observações:

A proposição principal - PL 1948/2011, do Deputado Onofre Santo Agostini -, estabelece a destinação dos prêmios das loterias federais não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição para o Fundo Nacional da Saúde. Apensado, o PL 2.617/2011, do Deputado Guilherme Mussi, autoriza a criação do concurso de prognóstico "Loteria da Saúde" de cuja receita, 35% serão destinados à manutenção e ao custeio da Saúde, por intermédio do Sistema Único da Saúde – SUS, destinação alterada no substitutivo da





Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

CSSF exclusivamente para o Fundo Nacional de Saúde. Não foram apresentadas emendas na Comissão de Finanças e Tributação - CFT.

- (1) Ao prever que parte dos recursos não procurados de premiação das loterias federais passe a ser destinada ao Fundo Nacional de Saúde, a proposta altera para a saúde o direcionamento de receita pública hoje destinada ao Fies, sem apresentar compensação para as despesas suportadas pelo Fies ou demonstração da estimativa do impacto na arrecadação. Portanto, encontra-se em desacordo com os dispositivos da LDO (art. 108 e 109) e LRF (art. 14).
- (2) O Fies trata de '*financiamento*' (ação orçamentária "00IG junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Ministério da Educação") e, por isso, é classificado como despesa financeira. Ou seja, possui identificador de resultado primário de código "0" (Art. 7º, § 4º da LDO 2015). Já as despesas afetas ao Fundo Nacional de Saúde, dizem respeito a despesas primárias. Logo, a nova vinculação passaria a impactar o superávit primário, contrariando, também neste requisito, o art. 14, I, da LRF.
- (3) A proposição apensa PL nº 2.617/2011 também deixa demonstrar a estimativa do impacto na arrecadação (arts. 108 e 109 da LDO/2015).

Mário Luis Gurgel de Souza
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

Artenor Luiz Bósio
Assistente Técnico de Orçamento e Fiscalização Financeira

